



SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

CNPJ: 06.079.533/0001-97

SCS Qd. 6, Bl. A, Ed. Presidente, Sala 409, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70327-900

Rua das Paineiras, 25, Bairro Jardim, Santo André/SP – CEP 09070-220

solar@solarconsultoria.com

www.solarconsultoria.com.br

Contrato 09/SMADS/13

Objeto:

ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Cliente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMADS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS.

Produto:

RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS ITAIM PAULISTA



SUAS

Sistema Único de Assistência Social

Julho/2013

SUMÁRIO

1. Apresentação	3
2. Plenária de Abertura	4
3. Resultado do Credenciamento.....	11
4. Relatório por eixo.....	12
4.1. Eixo I.....	12
4.2. Eixo II.....	13
4.3. Eixo III.....	14
4.4. Eixo IV	16
4.5. Eixo V	19
4.6. Eixo VI	21
5. Plenária Final	24
6. Delegados.....	28
7. Avaliação da Pré Conferência.....	29
Anexos.....	34
Anexo 1 - apresentação de slides SAS ITAIM PAULISTA	34
Anexo 2 - palestra ministrada por Ligia Rosa de Resende Pimenta	36
Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado	40
Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado	42
Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado	43
Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado	45
Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V - aprovado	47
Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI - aprovado	49
Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Itaim Paulista.....	51

SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

Objeto: ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PRODUTO – RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS ITAIM PAULISTA

1. Apresentação

O presente produto apresentará a síntese dos trabalhos desenvolvidos na etapa da Pré-Conferência Regional do Itaim Paulista, realizada no dia 18 de julho de 2013, na EMEF Prof. Carlos Pasquale, localizado à Av. Barão de Alagoas, 223 – Itaim Paulista.

A Comissão Regional havia estipulado a presença de 200 participantes, porém houve um comparecimento superior, o que acarretou em falta de espaço adequado para as discussões de grupo e atrasos, pois tanto a organização como as empresas de Assessoria e Alimentação contratadas precisaram se adaptar ao novo número de comparecimento.

Segue o relato do dia.

2. Plenária de Abertura

A Pré-conferência Regional de Assistência Social do Itaim Paulista teve início às 10h00 com a composição da mesa de abertura e a execução do Hino Nacional, que foi cantado pelos participantes uma vez que não havia equipamento de áudio disponível.

Em seguida o mestre de cerimônias Fernando deu a palavra aos participantes da mesa.

A Sra. Maria Adelaide Santos, representante da Sociedade Civil assinalou que vinha representando os usuários da Vila Curaçá e agradeceu o convite para estar no evento.

A Sra. Linda Ferreira Alvim Gonçalves, Coordenadora da Comissão Regional pelo Poder Público, parabenizou os participantes que aceitaram o desafio de estarem ali presentes. Destacou ser o tema da Pré-conferência muito interessante. Manifestou seu desejo de que houvesse um ótimo aproveitamento daquele momento para que se fizessem valer os direitos dos cidadãos.

O Sr. Leonardo Almeida da Silva, Coordenador da Comissão Regional pela Sociedade Civil, destacou a Pré-conferência como um momento histórico para a Assistência Social. Ressaltou a sua felicidade em saber que o chamado foi ouvido e houve essa grande participação no Itaim Paulista.

A Sra. Deise Fernandes do Nascimento, Supervisora de Assistência Social da SAS Itaim Paulista, falou sobre o seu prazer em ser Supervisora daquele território, no qual ela está há pouco tempo. Destacou a Pré-conferência como um espaço de participação popular, no qual não são discutidos favores, mas sim direitos adquiridos.

O Sr. Luis Franco da Silva, representante da Associação Jardim Jaraguá, desejou boa vinda a todos e destacou a importância da participação popular para a democracia.

O Sr. Beto Custódio, assessor de relações institucionais da AMURB, parabenizou o cerimonial pelo evento. Destacou que não é só na TV que há bom trabalho, na periferia também e parabenizou a todos pela participação. Propôs aos participantes que fizessem uma análise sintática e morfológica do Hino Nacional, uma vez que apesar de sua letra maravilhosa, poucos refletem sobre ela. Afirmou ser o Brasil um país de muitas qualidades, mas ressaltou a necessidade de se exigir dos governantes nossos direitos. Convidou a todos a participarem da pré-conferência do Meio Ambiente do Itaim que ocorreria no sábado seguinte à pré-conferência.

O Sr. Rubens Dias Serralheiros, conselheiro do Comas, agradeceu a todos os participantes e à Comissão Organizadora Central. Destacou que estes trabalharam por cerca de seis meses para a realização das pré-conferências. Ressaltou que em todas as Pré-Conferências Regionais tem havido grande participação. Trouxe como contribuição para os participantes uma citação de Martin Luther King: “O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons”. Assinalou que ser cidadão é ser pessoa, e essa não é uma tarefa cômoda. Pois as pessoas não nascem cidadãs, mas se tornam e falou sobre a possibilidade de que a partir da participação em espaços como os das pré-conferências possamos ter um país que realmente seja dos filhos deste solo.

Após a fala do Sr. Rubens foram convidados a comporem a mesa os Conselheiros Tutelares do Itaim Paulista, Sr. Edenir de Paula e Sr. José Valdenor de Oliveira, que destacou estar no Conselho Tutelar lutando diariamente para que os direitos das crianças e adolescentes sejam respeitados. Agradeceu o convite para participar do evento.

O mestre de cerimônias anunciou também a presença da Sra. Stela Ferreira, Coordenadora do ESPASO – Espaço Público de Aprender Social.

Após as falas dos participantes da mesa, a Sra. Deise Fernandes do Nascimento, Supervisora de Assistência Social da SAS Itaim Paulista, apresentou os dados da região. Essa apresentação encontra-se no Anexo 1 desse relatório.

Às 10h55 houve o desmembramento parcial da mesa de abertura. O Sr. Rubens Dias Serralheiros Conselheiro do Comas, a Sra. Linda Ferreira Alvim Gonçalves Coordenadora da Comissão Regional pelo Poder Público e a Sra. Deise Fernandes do Nascimento Supervisora de Assistência Social da SAS Itaim Paulista compuseram a mesa de trabalho.

O Sr. Rubens realizou a explicação de como se daria o funcionamento dos trabalhos e esclareceu a forma de realização dos destaques. Fez uma proposta ao plenário para que a mesa pudesse realizar destaques e após votação esta foi aprovada.

Depois de iniciada a leitura do Regimento Interno a Sra. Linda Gonçalves realizou destaque no Art. 8º referente à adequação dos horários da programação, propondo a seguinte redação:

- 10h00 Abertura
- 11h00 Leitura do regimento
- 11h20 Encerramento do credenciamento
- 11h30 Palestra
- 12h30 Almoço
- 13h30 Eixos
- 15h30 Conclusão dos trabalhos nos eixos.

Após votação o destaque foi aprovado por contraste com um voto de abstenção.

Em seguida o Sr. Rubens Serralheiros realizou destaque no Art. 14º Parágrafo Único, referente à alteração da lista de documentos que devem ser entregues pela Comissão Organizadora Regional à Comissão Organizadora Central, para apenas o Instrumental 2.

Após votação o destaque foi aprovado por contraste com um voto de abstenção.

Foi realizado destaque no Art. 17º Inciso III, item c, para que fossem incluídos os estagiários entre os observadores.

Após votação o destaque foi aprovado por contraste.

Por fim foi realizado destaque no Inciso IV do Art. 17º, referente ao número de delegados do Poder Público. Foi proposto que ao invés do número de delegados do Poder Público ter de ser igual ao da Sociedade Civil, este tivesse que ser até o número de delegados da Sociedade Civil. É solicitado pelo plenário um maior esclarecimento acerca das proporcionalidades dos delegados e após esse esclarecimento é realizada a votação.

O destaque foi aprovado por contraste com 4 votos contrários e voto de abstenção.

O Regimento e programação aprovados é o que segue.

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TEMA: “A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS.”

MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DAS 31 PRÉ-CONFERÊNCIAS – X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Pré-Conferência terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução 663/COMAS/SP/2013.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Pré-Conferência será composta por:

- I – Conselheiro do COMAS
- II – Dois Coordenadores (Comissão Regional)
- III - Um Mediador - Indicado pelo COMAS/SP;
- IV– Um representante da CAS e/ou SAS;
- V- Um representante da Sociedade Civil e
- VI – Autoridade(s) presente(s) na Pré-Conferência

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do mediador, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

- Dar início aos trabalhos;
- Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário e
- Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Pré-Conferência observando o Regimento Interno e;
- Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

Art. 4º - A Comissão Organizadora Regional constituída em foro paritário composta por 03 (três) representantes do Poder Públicos e 03 (três) representantes da Sociedade Civil homologados pelo COMAS/SP através de Comunicado, após a realização de Assembleias nas 31 Regiões.

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando a paridade.

Art. 5º - São participantes da Pré-Conferência:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- * Autoridades convidadas e presentes
- * Convidados e Observadores.

Parágrafo Único - Os participantes da Pré-Conferência deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

Art. 6º - Na Pré-Conferência, o credenciamento será presencial, realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Inscrição para Delegados, com a escolha referente ao Eixo temático até o limite de vagas.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que a Ficha de Inscrição para Delegados deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da X Conferência Municipal de Assistência Social, o participante que não devolver a ficha de Credenciamento de Delegados.

CAPÍTULO II - DA TEMÁTICA E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º - A Pré-Conferência terá como tema “**A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS**”, e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP.

§2º - Os grupos temáticos da Pré-Conferência deverão deliberar quanto às metas em nível municipal, relativas ao tema e seus respectivos eixos estabelecidos pelo Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS para a IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 8º - A Pré-Conferência terá a seguinte programação:

09h00– Início do credenciamento

10h00 - Solenidade de abertura; Hino Nacional; Saudação das autoridades presentes; apresentação da Supervisão local;

11h00 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Pré-Conferência;

11h20 – Encerramento do credenciamento dos participantes

11h30 - Palestra e debate

12h30 - Intervalo para almoço;

13h30 - Trabalho dos grupos por eixos temáticos

15h30 – Conclusão dos trabalhos dos grupos por eixos temáticos

15h30 – Prazo para entrega das moções;

15h30 – Plenário - Apresentação pelo Relator de cada grupo das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Pré-Conferência para aprovação pelo Plenário; apresentação e votação de moções;

17h00 - Eleição e apresentação da delegação para a X Conferência Municipal de Assistência Social;

18h00 – Encerramento.

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser alterada para adequação às condições de cada região, desde que respeite a Resolução 663/COMAS/2013.

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator contratados pela empresa de Relatoria e Sistematização

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas em áudio, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário, tendo em vista que a Assessoria de Relatoria será responsável pela gravação das discussões e deliberações da plenária.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 11 - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico as propostas que serão apresentadas no Plenário da Pré-Conferência. Após a aprovação, a Assessoria de Relatoria deverá sistematizar as deliberações para subsidiar a X Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 30 (trinta) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13 - O Plenário Final da Pré-Conferência será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos relatores dos grupos temáticos.

Art. 14 - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e propostas de cada grupo e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

Parágrafo Único – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na X Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Organizadoras Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis após a realização da Pré-Conferência, à Comissão Organizadora Central do COMAS/SP, o seguinte material: instrumental 2.

CAPÍTULO IV – Da Organização Regional

Art.15 - Organização Regional

I - As Comissões Organizadoras Regionais, correspondentes às 31 regiões, são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto na Resolução 663/COMAS-SP/2013.

II - As Pré-Conferências de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 regiões administrativas das subprefeituras, conforme segue: Butantã, Pinheiros, Sé, Lapa, Itaquera, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Vila Maria, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Jaçanã, Santana, Perus, Campo Limpo, Capela do Socorro, Parelheiros, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Aricanduva/Vila Formosa, Ipiranga, Jabaquara, Mooca, Penha, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16 - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados(as) das Pré-Conferências de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados(as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a IX Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações

do CNAS, CONSEAS e do COMAS/SP.

III - Os delegados(as) à X Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Pré-Conferências nas 31 Regiões.

IV - Os Conselheiros(as) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados(as) natos à X Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Pré-Conferências das Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Comissão Organizadora Central da X Conferência Municipal de Assistência Social ficará responsável pelas listas dos delegados(as), observadores/as, referentes à X Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional, nome, RG, CPF, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório.

Art. 17 - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a X Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da X Conferência Municipal da Assistência Social, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16 - Inciso IV deste Regimento.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz e voto na X Conferência Municipal da Assistência Social;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Pré-Conferência, entre adolescentes, adultos e estagiários, os quais terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a X Conferência Municipal da Assistência Social delegados nas Pré-Conferências em número igual ou até à quantidade de delegados da sociedade civil. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente de uma Pré-Conferência

§ 1º Não poderão ser transferidas vagas não preenchidas por delegados do Poder Público de uma região administrativa para outras.

§ 2º- Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 3º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 4º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 5º - Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Pré-Conferência.

São Paulo, 18 de Julho de 2013.

Comissão Organizadora Regional de Itaim Paulista

Após a provação do regimento, foi encaminhada a palestra proferida pela Sra. Lígia Rosa de Resende Pimenta (Anexo 2).

Ao final da palestra foi disponibilizado um período de 10 minutos para que o plenário pudesse fazer questões para a palestrante.

Um participante perguntou sobre o que fazer com as famílias moradoras de rua, que segundo a normatização só podem ser encaminhadas caso haja vontade por parte delas. Pois, muitas vezes essas pessoas estão em uma situação de tamanha vulnerabilidade que não conseguem responder por si.

A palestrante esclareceu que pelo pouco tempo só conseguiria responder essa questão superficialmente. Assinalou que trabalhar com a vontade dos outros demanda tempo e que ele poderá trabalhar essa questão no espaço dos eixos.

Uma participante destacou que na outra gestão havia o Programa Ação Família, mas nesta gestão ele foi tirado. Questionou o fato de o Social ter suas ações limitadas pelo fato de ser dito que é de responsabilidade de outras áreas como a Saúde, por exemplo. Relata a dificuldade de se conseguir fraldas para idosos nas Unidades de Saúde.

A palestrante respondeu que não importa o nome das coisas, o que importa é o sentido. Afirmou que a Assistência Social lida com ações complexas que demandam ações conjuntas de diversas políticas. Disse que fortalecer o SUAS demanda fortalecer o SUS, a Educação. Assinalou ser preciso estabelecer espaços de diálogos para que os usuários possam expor suas questões.

Uma participante pediu a palavra com o intuito de esclarecer que caso algum usuário precise de fraldas isso deve ser requisitado nos postos de Saúde e caso não seja disponibilizado deve haver uma reclamação por parte dos usuários. Mas, destacou que se deve ter em mente que essa gestão pegou a Saúde abandonada e vem fazendo seu trabalho gradativamente.

Um participante, Conselheiro Tutelar, assinalou que são as famílias mais carentes que eles abrigam. Disse ver os esforços do CRAS, CREAS, mas muitas vezes falta verba e as crianças acabam ficando em abrigos. Questionou o que fazer para que as crianças não sejam separadas.

A palestrante respondeu dizendo que antigamente a extrema pobreza era um dos requisitos para o encaminhamento de crianças para abrigos. Disse que isso mudou e que tentativas estão sendo feitas para isso, mas tentativas não são garantias. Destacou que as perguntas são aquilo que nos movem. Manifestou seu desejo de que ao longo do dia essa pergunta possa estar dentro de todos: o que é necessário para que essas famílias não sejam separadas?

Às 12h44 o Mestre de Cerimônias agradeceu a presença da Subprefeita do Itaim Paulista que esteve presente na parte da manhã e da Supervisora Técnica de Saúde que ajudou na organização e liberou o mestre de cerimônias para estar presente.

Foi comunicado ao plenário a ocorrência de um atraso em relação à alimentação e foi realizada uma votação na qual se decidiu pelo início dos trabalhos dos grupos nos eixos até que o problema de alimentação fosse resolvido.

Às 12h50 houve o encerramento da plenária e as pessoas seguiram para os grupos.

3. Resultado do Credenciamento

O credenciamento teve uma contabilização prévia que determinou a divisão dos grupos nos espaços disponíveis. Após o encerramento do credenciamento, conforme regimento se procedeu à contabilização final. Os números são os que seguem.

EIXO TEMÁTICO	NÚMERO DE INSCRITOS NO EIXO (FICHAS DE CREDENCIAMENTO)	FACILITADOR(A)	RELATOR(A)
Eixo 1 – O cofinanciamento obrigatório da assistência social.	35 INSCRITOS	Flávia Vivacqua	Dorival dos Santos Jr.
Eixo 2 – Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação.	34 INSCRITOS	Ricardo Zerbinatti	Marcela Dias
Eixo 3 – Gestão do trabalho.	35 INSCRITOS	Rosana Marcondes	Emerson Nascimento
Eixo 4 – Gestão dos serviços, programas e projetos.	52 INSCRITOS	Mariana Corásio	Larissa de Araújo
Eixo 5 – Gestão dos benefícios no SUAS.	37 INSCRITOS	Jefferson Santana	Elizangela Claro
Eixo 6 – Regionalização.	36 INSCRITOS	Fabiana Tock	Carolina Guerra

Há uma discrepância entre o número de assinaturas em cada eixo e a quantidade de fichas preenchidas. O resultado das listas de presença pode ser visualizado a seguir.

Eixo	Nº de assinatura – Manhã	Nº de assinatura – Tarde
Eixo 1	35 assinaturas	25 assinaturas
Eixo 2	34 assinaturas	21 assinaturas
Eixo 3	35 assinaturas	30 assinaturas
Eixo 4	52 assinaturas	35 assinaturas
Eixo 5	37 assinaturas	34 assinaturas
Eixo 6	36 assinaturas	13 assinaturas

Já o resultado do credenciamento é o que segue:

- 223 Participantes inscritos (ficha de credenciamento preenchida).
- 30 Participantes do Poder Público – 29 municipais e 01 estadual.
- 193 Participantes da Sociedade Civil – 68 representantes de usuários, 11 representantes de entidades/ONG, 108 representantes de trabalhadores sociais.
- 03 observadores.
- 02 convidados.
- 01 pessoa que não se identificou.

Dos participantes presentes 47 pessoas se candidataram a delegado. O resultado da eleição é o que segue no item 6. Desse relatório.

4. Relatório por eixo

4.1. Eixo I

A facilitadora iniciou os trabalhos do eixo explicando o processo de trabalho do grupo e o uso dos instrumentais para consolidação das propostas debatidas.

Na sequência, procurou identificar o segmento e a experiência dos participantes do grupo, identificando que a maioria das pessoas trabalhava na área da Assistência mais recentemente, com alguns poucos já mais experientes.

Seguiu realizando a leitura da ementa do eixo e as pessoas não relataram dificuldades na compreensão de nenhum dos pontos.

A facilitadora explicou então, a organização das propostas das Conferências de 2009 e 2011 no caderno do pré-conferencista e as etapas da avaliação das propostas não implementadas.

Realizada a leitura das 08 propostas não implementadas, iniciou-se então o debate sobre as prioridades a serem inseridas na agenda. O primeiro tema foi a participação dos usuários do SUAS no PPA.

Uma participante sugeriu que antes de participar, é importante que a população esteja qualificada para participar a partir de ações de capacitação junto aos fóruns. Em seguida, foram feitos comentários sobre o trabalho com as famílias. Sugeriu-se que a educação permanente se torne uma política de Estado, e não dependente dos diferentes governos. Este tema gerou um debate mais longo.

Foi realizada uma pausa para o almoço às 13h45. Após o retorno do almoço, o grupo prosseguiu o trabalho de identificar as cinco propostas prioritárias.

O debate passou pela garantia de dotação orçamentária mínima de 5% das três esferas de governo, gerando dúvidas se caberia indicar também ao governo federal e estadual, além do município, e o debate se prolongou.

Ao discutir a proposta sobre a descentralização da execução financeira ao nível dos CRAS uma participante levantou o problema da utilização do adiantamento bancário para pagamento de Benefício Eventual, e que este não deveria estar vinculado aos recursos dos serviços. Para isso ela apresentou a elaboração de uma moção.

O grupo defendeu a proposta do governo de ampliação dos CRAS e CREAS, uma vez que existem poucos serviços na cidade e algumas regiões não possuem nenhum, como é o caso de Itaim Paulista que tem como referência para atendimentos o CRAS São Miguel.

Após o debate foi feita uma conferência das propostas elencadas para serem retomadas e estas foram classificadas.

Seguiu-se a indicação dos avanços e dificuldades de forma objetiva por conta do tempo já curto.

Durante o debate tanto das propostas a serem retomadas quando dos avanços e desafios, alguns tópicos para a elaboração das novas propostas já foram indicados, o que facilitou o trabalho final que não gerou debates.

Por fim, foi feita uma breve avaliação final da pré-conferência.

O grupo finalizou o trabalho e seguiu para o plenário.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 3).

4.2. Eixo II

O eixo II teve início com a apresentação ao grupo pelo facilitador do modo de funcionamento dos trabalhos: avanços, dificuldades, recomendações, observações e novas deliberações.

Em seguida o facilitador passou à leitura das propostas não implementadas. Uma participante propôs que fossem explicadas ao grupo, principalmente aos participantes do segmento dos Usuários, algumas siglas e enunciados que aparecem nas propostas não implementadas. E assim passou a ser feito, sendo que as explicações foram dadas pela própria participante que elaborou essa proposta.

Os participantes debateram a deliberação que tratava da pesquisa de satisfação dos usuários enfatizando a importância desse instrumental e da divulgação para os usuários de que eles têm esse espaço de avaliação e reclamação acerca dos serviços.

Referente à deliberação 9/2011 alguns participantes avaliaram que esta já teria sido implementada. Outra participante considerou que isso não ocorreu principalmente em referência à publicização dos dados do território. Outra questão que foi levantada é a de que somente os usuários que têm acesso aos poucos serviços do território é que possuem também as informações. Foi questionado como ser mais divulgação se há um número tão reduzido de serviços.

Discutiu-se também que a deliberação 55/2011, referente à alimentação, deveria se referir a todos os serviços, inclusive ao lanche disponível em serviços como o CRAS. Uma usuária idosa relatou a dificuldade de o lanche oferecido no serviço que ela utiliza não ser balanceado e não respeitar as especificidades de diabéticos ou hipertensos. O facilitador perguntou se esta deveria ser uma prioridade e grande parte dos usuários a considerou como a mais importante.

Uma participante fez uma proposta de síntese das prioridades a partir de um encadeamento lógico entre elas. Outros participantes passaram a apresentar suas propostas referentes ao conjunto das prioridades enfatizando a deliberação referente à alimentação como mais prioritária.

O facilitador colocou então em votação três propostas de ordenamento das prioridades. Depois da votação uma participante elaborou uma quarta proposta por entender

que a proposta vencedora deixava em última prioridade a necessidade de ampliar a rede. Isso seria problemático, segundo ela, uma vez que 70% da população estariam sem atendimento. Realizou-se então uma nova votação e essa última proposta saiu vencedora.

Em seguida o facilitador passou à discussão das novas deliberações.

Como discussão inicial os participantes começaram a discorrer sobre a possibilidade de criação de um canal telefônico direcionado para os usuários, específico para a Assistência Social.

Foi ressaltado também como a falta de divulgação pode ser limitante à participação e apropriação dos debates pelos cidadãos.

Levantou-se a questão da necessidade de rever os indicadores de qualidade para o atendimento da Assistência Social a fim de garantir a padronização dos serviços.

Em meio à votação das novas deliberações uma participante reclamou que a proposta que foi votada referente à ampla divulgação para a participação nas conferências não foi a que ela propôs. O facilitador esclareceu que essa proposta já havia sido votada e que a construção foi feita em grupo, por isso não seria exatamente igual ao que ela propôs. Foi sugerido que a redação do texto da participante entre como sugestão para as próximas conferências. Alguns participantes questionaram a necessidade dessa sugestão, uma vez que estaria muito parecida com a segunda nova deliberação.

Pela votação que o facilitador propôs o texto sugerido pela participante foi aprovado para ser a sugestão do grupo para as próximas conferências.

Antes do encerramento o facilitador conversou com o grupo para explicar que não foi possível discutir os avanços, observações e dificuldades das deliberações da conferência passada por uma questão de tempo disponível para discussão e que foi priorizado o debate entre eles. Todos entenderam e concordaram com a justificativa.

Às 16h12 os trabalhos do grupo terminaram.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 4).

4.3. Eixo III

Os trabalhos foram iniciados com a facilitadora fazendo o acolhimento do grupo. Em seguida foi realizada a apresentação dos integrantes do grupo que era composto por representantes do Poder Público, trabalhadores sociais, Conselheiro Tutelar Municipal, representante da ESPASO, técnicos sociais, orientadores e duas crianças.

Após as apresentações a facilitadora fez a integração do grupo e em seguida realizou a apresentação do caderno do pré-conferencista. A facilitadora salientou a importância do caderno e passou à apresentação da ementa do eixo. A facilitadora explicou aos participantes que no caderno do pré-conferencista estavam presentes as propostas de conferências anteriores, porém só seriam lidas as do período 2009 a 2011 que não foram implementadas.

Um integrante do grupo realizou a leitura do caderno do pré-conferencista. No debate foram destacados a qualificação profissional, os Benefícios, o quadro efetivo de funcionários, a valorização do trabalhador e a educação permanente para os trabalhadores.

Levantou-se também a questão da capacitação dos trabalhadores de nível médio que não estão contemplados efetivamente nos documentos lidos.

Foi destacada a importância da formação, sendo que a deliberação 57/2009 que trata de *Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais*, foi considerada generalizante não especificando a formação dos trabalhadores e dos usuários em seus direitos e deveres.

Uma representante do poder público enfatizou a importância da escrita do texto quando se fala de gestão, e que o texto estava muito “aberto” não direcionando muitas vezes as ações. Foi considerado como palavra chave o plano de formação.

O grupo percebeu um erro de digitação com relação à data na justificativa, que estava como 2013 sendo que o correto seria 2012. A palavra chave seria Recurso orçamentário – rede conveniada.

Foi levantada a questão sobre o entendimento do que vem a ser a transdisciplinariedade. O tema foi explicado pela representante do Poder Público, Stela, com complementação pela facilitadora. A palavra chave desse momento foi garantir quadro de recursos humanos publico/privado.

Foi discutida a deliberação 07/2011 que trata de *Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à:*
a) *manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos;*
b) *prevenção dos riscos a que estão expostos;*
c) *melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.*

Foi ressaltado que a prática diária necessita ser atendida, capacitando os profissionais e limitando as funções dos trabalhadores. Foi afirmada a necessidade da atenção aos trabalhadores no quesito de sua saúde mental e psicológica, e nas perspectivas de suas carreiras, pois estes são temas que têm gerado sofrimentos aos trabalhadores.

A representante do Poder Público esclareceu as divergências sobre as funções que exigem algo muito além da saúde e do plano de carreira. A facilitadora propôs que o grupo se movimentasse para integração. Essa questão foi colocada como uma possível nova proposta cuja palavra chave seria a saúde do trabalhador.

Com referência à deliberação 09/2011 que trata de: *Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial*, foram destacadas como palavras chaves os mecanismo e ferramentas da gestão de trabalho e dados.

O grupo questionou a deliberação 52/2001 dizendo que a deliberação estava no eixo errado.

Foi feita a votação para exclusão das deliberações 09/2011 (nove votos) e 52/2011 (unanimidade) que foram excluídas.

Houve empate entre a principal deliberação. Foi feita a defesa e votação novamente.

No decorrer dos debates o grupo permaneceu bastante coeso e sem muitas divergências nas questões apresentadas.

Após mediação o grupo propôs novas deliberações pensando nos trabalhadores da área social no quesito da monitoria da saúde do trabalhador e na ampliação das contratações em todos os níveis de escolaridade.

Devido à escassez de tempo o grupo não deliberou sobre os avanços obtidos com relação às conferências anteriores.

O grupo avaliou a e elogiou a mediação da facilitadora e sugeriu mais tempo para debate no eixo

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 5).

4.4. Eixo IV

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação da facilitadora Mariana e da relatora Larissa. A facilitadora explicou que como o grupo era grande preferia trabalhar em subgrupos. Em seguida pediu aos participantes que se apresentassem.

A facilitadora destacou que o grupo estava bem diversificado em relação aos segmentos e explicou que seriam discutidas as deliberações implementadas, não implementadas e em andamento. Depois assinalou que pelo fato do espaço não dar a possibilidade do grupo se subdividir em forma de roda, contaria com a colaboração de todos para a realização da discussão em subgrupos, mesmo que não em forma de roda. Em seguida pediu para os participantes abrirem o caderno do pré-conferencista, iniciando a leitura da ementa e dos objetivos do grupo.

A facilitadora explicou que a discussão começaria pelas quatro deliberações implementadas, pedindo para os participantes as localizarem no caderno; em seguida realizou a leitura das deliberações

A facilitadora explicou aos participantes como localizarem a situação da deliberação, se está implementada, não implementada ou em andamento; mostrou que ao lado de cada uma delas há justificativas.

A facilitadora Mariana subdividiu os grupos e explicou que cada um deles teria 15 minutos para apontar um avanço e uma dificuldade com base nas deliberações implementadas.

A facilitadora ficou circulando entre os grupos, esclarecendo dúvidas.

Uma participante pergunta para a facilitadora se existia banco de dados no CRAS. A facilitadora perguntou ao grupo se havia alguém do CRAS que pudesse esclarecer essa dúvida.

Uma participante esclareceu que existe o banco de dados, porém ele não estaria digitalizado.

A facilitadora dispensou os participantes para o almoço, explicando que idosos e portadores de deficiência teriam prioridade e que eles teriam meia hora para almoçar e retornar ao eixo.

Após o almoço as atividades foram retomadas e a facilitadora pediu aos participantes que já estavam em sala para retornarem à discussão, pois os grupos teriam apenas mais dez minutos para a definição dos avanços e das dificuldades.

Uma das participantes pediu para a relatora digitar o seguinte avanço “Foi um avanço a criação do banco de dados, porém ele teria que ser atualizado anualmente” e a seguinte dificuldade “A maior dificuldade é a falta de informação e preparação dos funcionários ao fazerem o cadastro”, com a seguinte observação “Obs.: Acessibilidade, pois tem pessoas que não tem poder aquisitivo devido à vulnerabilidade”.

A facilitadora esclareceu que os grupos teriam somente mais 2 minutos para a conclusão das atividades.

Os outros dois grupos apresentaram os seus avanços e as suas dificuldades para a relatora digitar no instrumental

A facilitadora explicou que iria realizar a leitura das deliberações não implementadas e esclareceu que o grupo deveria escolher as cinco mais importantes por ordem de prioridade; pediu para os participantes abrirem o caderno na página 105 e iniciou a leitura das deliberações.

A facilitadora esclareceu que as 15 deliberações não implementadas não sairiam da pauta, porém seriam escolhidas cinco deliberações prioritárias por cada grupo. Sendo assim, poderiam ser apresentadas pelos subgrupos no total 15 deliberações, uma vez que cada subgrupo poderia apresentar cinco, contudo, dessas 15 listadas seriam escolhidas apenas cinco como proposta de todo o grupo do eixo IV.

Em seguida explicou que junto com as escolhas das deliberações, o grupo também deveria pensar a qual esfera de governo corresponderia cada uma das deliberações.

O primeiro grupo escolheu a seguinte ordem das deliberações:

- 1° - 3/2011 – esfera municipal
- 2° - 57/2009 – esfera municipal
- 3° - 52/2011 – esferas municipal e estadual
- 4° - 55/2011 – esfera municipal
- 5° - 21/2011 – esfera municipal

O segundo grupo escolheu a seguinte ordem:

- 1° - 57/2009 – esfera municipal
- 2° - 37/2011 – esfera municipal
- 3° - 03/2011 – as três esferas
- 4° - 32/2011 – esfera municipal
- 5° - 52/2011 – esfera municipal

E o terceiro grupo escolheu a seguinte ordem:

- 1° - 52/2011 – as três esferas
- 2° - 37/2011 – esfera municipal
- 3° - 34/2011 – esfera municipal
- 4° - 03/2011 – as três
- 5° - 09/2011 – as três esferas

A facilitadora esclareceu mais uma vez, que realizaria a leitura das cinco recomendações propostas pelos subgrupos, porém entre todas, o grupo teria que escolher apenas cinco.

A facilitadora assinalou que a deliberação 03 de 2011 foi a mais votada pelos três grupos. Destacou que ela foi apresentada como de responsabilidade das três esferas, porém algumas pessoas se opuseram, e por isso foi realizada uma votação. Por contraste foi mantida a responsabilidade das três esferas.

A deliberação 52 de 2011 foi a segunda mais escolhida. Foi apontada pelo grupo como pertencente ao município e ao estado. Porém houve uma votação, e por contraste, ganhou as três esferas.

A deliberação 57 de 2009 foi eleita como a terceira e a 37 de 2011 como a quarta, ambas de responsabilidade da esfera municipal.

As deliberações 55/2011, 21/2011, 34/2011 e 19/2011 foram apontadas apenas uma vez por cada grupo. Sendo assim, o grupo teve escolher entre estas, qual seria a de maior prioridade.

Uma participante perguntou, entre as deliberações, quais temas ainda não haviam sido trabalhados. A facilitadora respondeu que os presentes nas deliberações 55/2011 e 34/2011. A participante propôs então que fossem escolhidas uma delas.

A facilitadora realizou a leitura das deliberações, e por votação a de nº 34/2011 foi a quinta deliberação escolhida.

A facilitadora solicitou aos grupos que elaborassem suas novas propostas. Duas participantes, uma de cada grupo apresentaram as seguintes propostas:

- Qualificar melhor os funcionários já existentes. Proporcionar maior acessibilidade de serviços aos usuários, para que a pessoa possa ter melhor acesso as informações sobre seus direitos e deveres.

- Criação de ferramenta/espço que possibilite o acesso a informações sobre os usuário/família nos serviços socioassistenciais, bem como a ampliação das supervisões coletivas entre os serviços.

O terceiro grupo apresentou a seguinte proposta:

- Garantir mais recursos nas áreas profissionais socioassistenciais e contratação de profissionais qualificados com segurança.

A facilitadora pediu à relatora que realizasse a leitura do instrumental, e após isso o grupo aprovou o documento.

O trabalho do grupo foi encerrado.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 6).

4.5. Eixo V

Os trabalhos do eixo V foram iniciados com a apresentação do grupo.

O facilitador realizou a explicação do processo de trabalho do eixo, mostrando as páginas que seriam trabalhadas.

O facilitador fez a leitura dos objetivos e da ementa do eixo 5.

Um participante perguntou ao grupo se todos sabiam o que é a LOAS e em seguida explicou o seu funcionamento.

O facilitador realizou a explicação das propostas que seriam trabalhadas. O grupo se mostrou bem tranquilo, prestando bastante atenção à explicação do facilitador.

O facilitador deu um minuto para que todos lessem as deliberações não implementadas novamente e decidissem sobre as prioridades.

Uma participante falou da importância de ter um CJ na região, pois não existe. Outro participante destacou a falta de RH nos CRAS. Outra dificuldade apresentada foi a falta de continuação dos trabalhos nos CCAs, pois as mães não têm para onde encaminhar os adolescentes.

Alguns participantes defenderam a deliberação 33, pois seria de extrema importância ouvir o usuário para melhorar o trabalho. Outra participante defendeu a deliberação 55 que falava da alimentação, pois se trataria de uma prioridade para qualquer ser humano, uma vez que teríamos que primeiro alimentar as pessoas e depois pensar em outras coisas.

Uma participante falou sobre a avaliação que fazem para o recebimento do Benefício, de como os critérios e avaliações deveriam ser revistos, pois existem detalhes que não são levados em consideração para muitas famílias.

O grupo estava bem participativo e o facilitador explicou com mais clareza as propostas, pois foram surgindo no meio do grupo algumas pessoas que não estavam entendendo alguns pontos.

O grupo se mostrou bem indeciso sobre as propostas que deveriam ser colocadas em ordem de prioridade, e por isso houve a necessidade de realizar uma votação.

Após a votação, o grupo colocou as dificuldades em questão, havendo divergência de opiniões. O grupo assinalou que independente do eixo as dificuldades teriam que ser apresentadas ao grupo e serem colocadas como dificuldade.

O grupo considerou que não houve avanços em seus serviços.

Em seguida passaram às elaborações das novas propostas.

O grupo realizou a leitura das propostas e decidiu sobre quais seriam as deliberações novas. Após muita discussão, os participantes só conseguiram elaborar duas propostas no eixo.

Como dificuldades o grupo apresentou:

- Fiscalização do processo de todos os serviços sociassistenciais;
- Reavaliação dos critérios utilizados na distribuição da verba, e falta de autonomia para administrar os Benefícios Eventuais, conforme as necessidades de cada território;
- Falta de acesso ao sistema de PTR (Programa de Transferência de Renda);

As recomendações por ordem de prioridade foram as seguintes:

- 1) **55 /2011** - garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos Benefícios continuados ofertados pela proteção básica. (responsabilidade município/estado/união)
- 2) **33 /2009** - realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais. (responsabilidade município/estado)
- 3) **56 /2011** - viabilizar aumento de 30% no valor do Benefício do Programa Renda Mínima (Programa De Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do *per capita* e até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária. (responsabilidade município)
- 4) **36 /2011** - ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social. (responsabilidade município)

As deliberações novas apresentadas pelo grupo foram as seguintes

- 1) Acesso das organizações SASF ao cadastro das famílias acompanhadas por eles, seja para consulta ou justificativa de frequência escolar; (responsabilidade município/estado/união)
- 2) Reavaliação quanto aos critérios para serem contemplados no PTR, visando o aumento da renda *per capita*; ((responsabilidade município/estado/união)

Como pontos positivos da pré-conferência o grupo apontou: a mediação/ facilitador; o palestrante e a adesão dos participantes.

Como pontos negativos da pré-conferência o grupo apontou a falta de organização dos horários e alimentação (almoço).

Como sugestão para as próximas conferências foi apontada a acomodação dos participantes.

O grupo encerrou as atividades às 16h00.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 7).

4.6. Eixo VI

Os trabalhos do grupo tiveram início com apresentação da facilitadora Fabiana e do objetivo da conferência: facilitar, trocar, dialogar, propor - como poder público, sociedade civil e usuários - novas soluções, além da aprendizagem.

A Facilitadora fez a leitura da página 45 do caderno distribuído – objetivos específicos - do Eixo 6. Destacou que o Itaim Paulista faz fronteira com quatro municípios. Assim, haveria a corresponsabilidade, ou seja, a responsabilidade que é compartilhada entre o Município de São Paulo, demais municípios fronteiriços e Estado.

Iniciou questionando sobre as melhoras observadas na região desde 2009.

Uma participante contribuiu levantando que se deveriam mostrar as melhoras na região quanto ao serviço social, principalmente para os idosos, destacando o grande número de usuários desta tipificação no grupo. Várias questões foram inicialmente levantadas pelos participantes, dentre elas:

- Criação de atividade/oferta de mais atividades aos idosos
- Aumento do número de Núcleos de convivência de idosos – NCIs (apesar de serem apenas seis)
- Instituição de Moradias permanentes de idosos (ILPI)– pois, há apenas uma casa.

Foi destacada a distância dos núcleos de idosos o que faz com que muitos idosos não participem, ou tomem conhecimento dos serviços.

O fato de existirem regiões fronteiriças faria com que o número de assistidos (crianças, idosos, adolescentes) aumentasse. Nas regiões fronteiriças existe a necessidade de aumento considerável do número de atendidos posto que atualmente a oferta de serviços está aquém da demanda. Neste caso, não somente o Município mais também o Estado deveria tratar deste problema.

Foi abordada também a falta de informação para o usuário. A facilitadora destacou que isso seria tema do eixo 2.

As principais dificuldades apontadas foram:

- Oferta de serviços (PSE e PSB) incompatíveis com a demanda em decorrência tanto de a região ser de alta vulnerabilidade (1/3 da população) quanto por se tratar de região fronteiriça;
- Falta de Informação para os usuários dos serviços prestados;
- Falta de comunicação entre as secretarias (intersetorialidade)
- Carência de serviços básicos e essenciais.
- Falta de funcionários.
- Inexistência de serviços de atendimento à mulher
- Ausência de serviços de acolhimento de moradores de rua

Foi assinalado que embora em 2011 tenham surgido discussões sobre a efetivação de sistemas de comunicação entre usuários e serviços, o grupo não teve acesso a estes serviços (a exemplo o SISCRAS) – que está no plano da discussão.

A facilitadora perguntou se a regional dialoga com as prefeituras dos municípios vizinhos. Destacou-se que tanto o Estado quanto o Município são deficitários no debate setorial.

Segundo alguns dos participantes o SUAS ainda estaria muito precário, “engatinhando”, em todo o município de São Paulo. Faltam serviços de base e especiais. Há regiões onde falta acolhimento de pessoas de rua, etc.

Sugeriu-se reforçar e repensar o cofinanciamento para a implementação do SUAS. No Itaim há dois CRAS e um CREAS o que é insuficiente dado que é região fronteira e de alta vulnerabilidade. Muitas vezes nos outros municípios não são criados serviços dados critérios estabelecidos para tal.

Os participantes consideraram que seria importante aprimorar o diálogo entre os municípios para implementar mais CRAS e CREAS.

Outra dificuldade apontada assinalou a formação dos funcionários – destacou-se a importância dos profissionais dialogarem com os usuários de maneira igualitária. Além disso, a Assistência Social precisaria melhorar o diálogo com demais áreas, demais secretarias (intersecretarias). Necessidade de intersecretorialidade entre as secretarias e municípios.

Um participante destacou a falta de funcionários. Assim, solicitou que o Prefeito e os órgãos competentes atendessem a esta falta de funcionários. A facilitadora destacou que a falta de funcionários e RH, é um tema que compete à discussão do eixo 3, essencialmente. A despeito disso, levantou-se que o SUAS somente seria consistente se houvesse adequação do quadro de funcionários dado grau de vulnerabilidade maior nas regiões periféricas, além do fato de ser área fronteira.

Apenas uma melhoria foi discutida pelo grupo, a seguir transcrito:

- Ampliação, ainda que modesta, da rede de serviços da proteção básica e especial;

A facilitadora realizou a leitura das deliberações não implementadas e a respectiva justificativa da não implementação.

Foram lidas as Deliberações n. 23/2009 (participação dos usuários no Plano Plurianual e Orçamento), n. 67/2009 (Qualificar/fóruns para financiamento), n. 26/2009 (Dotação de 5% para os fundos), n. 37/2011 (Criar Plano de Comunicação e “CAAS simples”), n. 35/2011 (Conselhos gestores nos serviços + CAAS/CREAS), n. 34/2011 (ampliar e fortalecer instalação de projetos sociais), n. 55/2011 (Acesso à alimentação), n. 56/2011 (aumento de 30% no Programa Renda Mínima), n. 52/2011 (mais CRAS). Seguiu-se a explicação e eventual discussão de cada uma das deliberações.

Quanto ao item n. 56/2011 observou-se a necessidade não apenas da Renda Mínima, mas também de criar programas que promovam autonomia dos beneficiários através da criação de cursos de capacitação, empreendedorismo, etc.

A ordem das propostas, por ordem de prioridade, elegida pelo grupo foi a seguinte:

1. 26/2011
2. 23/2009
3. 35/2011
4. 37/2011

5. 52/2011

A facilitadora que o passo seguinte seria a elaboração de novas deliberações, e pontuou no quadro os temas que o grupo havia abordado nas outras etapas do trabalho e que se enquadravam nesta secção. Foram identificados quatro grandes temas a serem abordados, são eles:

1. Criação de programas que possam fomentar o empreendedorismo e empregabilidade para usuários de Programas de Transferência de Renda;
2. Ampliação da rede de serviço, CRAS e CREAS, obedecendo NOB-RH/SUAS e realidades socioterritoriais e priorizando regiões de maior vulnerabilidade e fronteiriças.
3. Criação de um sistema de informação intermunicipal dos usuários
4. Criação de espaços de dialogo entre Estado e municípios fronteiriços para discussão da sobrecarga dos serviços em determinadas regiões.

A primeira proposta foi excluída pelo grupo entendendo-se que a mesma é pertinente ao eixo 4. A segunda proposta foi redigida em comum acordo e no momento da elaboração das demais propostas o grupo entrou em divergência quanto ao “atendimento cruzado”, isto é, sobrecarga nos serviços da regional devido ao atendimento de municípios vizinhos. O grupo consensuou que este dado não é verídico, ou seja, quando municípios vizinhos chegam ao CREAS da regional. Assim sendo as propostas a serem redigidas deveriam focar apenas o diálogo entre os municípios, de modo a corresponsabilizar o Estado como fomentador desta conversa entre municípios.

As novas deliberações elaboradas foram as seguintes:

1. Aumentar o numero de serviços da rede socioassistencial, CRAS e CREAS, respeitando o modelo NOB-RH/SUAS embasando-se em diagnósticos socioterritoriais e garantindo a priorização da implantação em regiões de alta e altíssima vulnerabilidade;
2. Criar uma agenda entre Estado e municípios para discutir a intersetorialidade das políticas públicas, priorizando as áreas fronteiriças e periféricas, visando à efetivação dos direitos.

Não houve tempo suficiente para realizar a avaliação geral da pré-conferência.

A atividade foi então encerrada.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 8).

5. Plenária Final

Sr. Rubens Serralheiro iniciou a plenária final perguntando a todos se permitiriam que a mesa realizasse destaques durante a leitura. Tal proposta foi aprovada pelo plenário.

Foi então realizada a leitura do Eixo 1 pelo relator do grupo.

O mediador salientou que não houve destaques e a após votação, o Eixo 1 foi aprovado por maioria de votos, com 4 abstenções e nenhum voto contrário.

Após a votação uma participante perguntou se as novas propostas seriam votadas uma a uma ou todas em conjunto, pois ela era contrária a uma delas.

Sr. Rubens esclareceu que há o momento de destaques, para que as pessoas possam fazer as suas colocações, como mudança de redação, melhor definição de elaboração etc. Uma vez votado o destaque realizado, vota-se o eixo todo. Diz que o destaque pode ser feito em qualquer ponto do documento.

A relatora do Eixo 2 realizou então a leitura do instrumental do grupo. O mediador fez um destaque de esclarecimento na recomendação 55/2011, e em seguida a relatora prosseguiu com a leitura do eixo.

O mediador perguntou se existiam mais destaques ao conteúdo e uma participante solicitou destaque no item “sugestões para as futuras conferências”.

Voltou-se ao destaque realizado pelo Sr. Rubens. Ele assinalou que a deliberação 55/2011 não correspondia apenas à SMADS, por isso perguntou ao grupo se poderia ser colocado em “Outras Políticas”, a política da Saúde, pois também corresponderia a ela garantir alimentação nutricionalmente balanceada. O destaque foi colocado em votação.

Uma participante afirmou que havia na Assistência Social uma publicação sobre alimentação saudável, publicada por um nutricionista da SMADS. Rubens respondeu dizendo que essa publicação da alimentação balanceada era voltada para os funcionários e não à população como um todo.

Assim, colocou seu destaque em votação contraposto à proposta trazida por outra participante, e após votação houve empate entre as mesmas.

Sr. Rubens retomou a fala e disse que a publicação da SMADS foi elaborada num âmbito mais voltado para a alimentação do funcionário, já se a questão da alimentação é mais voltada para a população, logo seria necessário incluir a política de Saúde.

Uma participante ressaltou não ser necessário envolver a Saúde, pois em outras áreas da Assistência a política de Saúde não interfere, de forma que não necessária para esta questão.

O mediador colocou o destaque novamente em votação. Por contraste foi aprovada a não inclusão da Política de Saúde na deliberação 55/2011.

Com relação ao destaque realizado no item de sugestões para as próximas conferências uma participante assinalou que não seria preciso contratar empresa, os próprios funcionários servidores da rede e do CRAS poderiam sensibilizar a população sobre a importância da participação na pré-conferência.

Sr. Rubens fez um pedido para que todos ouvissem aquilo que cada participante estava propondo e colocou o destaque em votação.

Algumas pessoas esclareceram que haviam entendido que ainda estava em votação a deliberação 55/2011. Rubens explicou que o que estava em votação era a sugestão para a próxima pré-conferência elaborada pelo Eixo 2. Perguntou se a plenária estava esclarecida e os participantes responderam que sim.

Após isso, colocou o destaque novamente em votação. Por contraste foi mantido aquilo que havia sido elaborado pelo grupo (contratação de uma empresa para sensibilização e divulgação para a participação da pré-conferência).

O mediador colocou então em votação todo o eixo 2 com as alterações, que foi aprovado por contraste.

O relator realiza a leitura do instrumental do eixo 3, dizendo que por falta de tempo não foram apontados os avanços.

Após a leitura Sr. Rubens perguntou se havia algum destaque. Uma participante pediu que nos pontos negativos da pré-conferência fosse acrescentado, além do visual o áudio também, pois o som está péssimo. Foi aprovado o acréscimo de “recurso audiovisual”.

Rubens pôs todo o eixo em votação que foi aprovado por contraste.

A relatora do Eixo 4 realizou a leitura do instrumental produzido no grupo.

Uma participante solicitou um esclarecimento referente às deliberações novas elaboradas pelo eixo, questionando se a primeira se tratava de acesso físico (rampas) ou apenas informação. O grupo esclareceu que se referiam à informação. Sobre a terceira proposta, perguntou o que seria a questão da “segurança”. O grupo respondeu que se tratava da contratação por meio de concurso público. A participante pediu que fosse incluída na redação da proposta “por meio de concurso público” e excluída a palavra “segurança”. Realizou a seguinte proposta de redação para a primeira proposta, para que fosse incluído “mais acesso às informações aos usuários sobre os seus direitos e deveres”.

Uma participante questionou que se só haveria segurança para o trabalhador se ele fosse concursado, como ficaria essa questão para os trabalhadores que são contratados. Com base nisso, propôs a seguinte redação “garantir mais recursos nas áreas profissionais socioassistenciais e contratação de profissionais qualificados”.

O mediador colocou os destaques em votação. Os destaques foram aprovados e, posteriormente, o conteúdo do Instrumental do Eixo com alterações.

A relatora do Eixo 5 realizou a leitura do instrumental elaborado e o mesmo foi aprovado sem destaques.

A relatora do Eixo 6 realizou a leitura do instrumental que o grupo definiu e foi solicitado um esclarecimento sobre a avaliação geral, dizendo que todos os grupos haviam feito e apenas o deles não.

A facilitadora do eixo esclareceu que por conta do tempo apertado, preferiu entregar a avaliação individual e terminar as atividades dentro do prazo. A relatora também efetuou um

esclarecimento, destacando que pelo fato de o eixo ser novo, houve muita discussão e por isso, priorizou-se o encerramento da discussão dentro do prazo.

Uma participante sugeriu que da próxima vez o grupo fosse consultado no que se refere aos pontos de discussão, inclusive a avaliação.

Outro participante sugeriu que fossem analisadas as fichas individuais e que fosse elaborado um relatório de avaliação para ser encaminhado à Conferência Municipal.

Sr. Rubens explicou que tudo aquilo que era trazido pelos participantes estava sendo gravado e, posteriormente, seria apresentado ao COMAS/SP. Lembrou que o número de participantes foi maior do que o esperado e por isso ocorreram alguns problemas.

Rubens colocou em votação todo o eixo 6 que foi aprovado por contraste.

A mesa procedeu à leitura das moções aprovada. A primeira moção lida teve 42 assinaturas, a segunda e terceira moções 50 assinaturas, cada uma, e por fim, a quarta moção teve 39 assinaturas.

O mediador solicitou que fossem referendadas as moções por meio do levantamento dos crachás. O texto das moções referendadas encontra-se no Anexo 9 desse relatório.

Após a leitura e referendo das moções a plenária foi orientada sobre a eleição de delegados e o critério de vagas, conforme Regimento aprovado.

Sr. Rubens salientou a necessidade da presença dos candidatos para serem referendados e em seguida chamou à frente os candidatos a delegados pelas organizações/entidade. Registrando-se número inferior à quantidade de vagas disponíveis, todos foram aclamados.

Em seguida chamou à frente todos os candidatos do segmento de trabalhadores sociais. Como apenas dois dos inscritos estavam presentes para assumirem as vagas, assim como poucos estavam presentes para assumirem as vagas de organizações/entidades, o mediador perguntou à plenária se ela aprovava que fossem abertas inscrições para delegados naquele momento. A proposta foi aprovada pelo plenário. Em seguida Rubens perguntou se alguém tinha interesse em se candidatar e uma participante do segmento de organizações se candidatou e assumiu a vaga.

Ao chamar à frente os usuários candidatos a delegados e apenas três usuários estavam presente para assumir o cargo. Foi questionado se alguém do segmento de usuário gostaria de se candidatar como delegado. E apenas uma pessoa se candidatou, sendo aclamada pelo plenário.

Sr. Rubens solicitou o comparecimento dos candidatos do Poder Público e como a quantidade de candidatos era inferior ao número de vagas, todos os presentes foram aclamados.

Como ainda sobravam vagas o mediador perguntou mais uma vez se alguém gostaria de se candidatar a delegado. Duas pessoas se candidataram e foram aclamadas.

Sr. Rubens pediu uma salva de palmas a todos os delegados e agradeceu a participação de todos.

Sra. Deise agradeceu ao Sr. João Luiz que estava filmando o evento e leu uma frase de Che Guevara.

Sr. Rubens declarou o encerramento da pré-conferência de Itaim Paulista.

Contudo, pediu um minuto de atenção, pois havia se esquecido de chamar as candidatas a observadoras. Antonia Mikaelle Rodrigues Araújo, Andreia Souza Ribeiro, Viviane Fernandes do Nascimento e Eurides Maria de Jesus de Lacerda foram aclamadas como observadoras à X Conferência Municipal.

Foi então encerrada a pré-conferência de Assistência Social de Itaim Paulista.

Informações Gerais.

Nome da SAS	SAS Itaim Paulista
Identificação da Conferência	IT
Datas e período de realização	18/07/2013 das 09h00min às 18h28min
Número total de participantes	223

Número de Delegados(as):

Sociedade Civil			Governamentais	
Usuários	Trabalhadores	Entidades	Municipais	Estaduais
08	13	05	13	0

Eventos preparatórios de mobilização que antecederam a Conferência

Tipo de evento de mobilização	Nº de eventos de cada tipo	Nº de participantes			
		Usuários	Representantes de Organizações	Trabalhadores Sociais	Poder Público
<input checked="" type="checkbox"/> Pré-conferência	01				
<input type="checkbox"/> Plenárias					
<input type="checkbox"/> Palestras					
<input type="checkbox"/> Debates públicos					
<input checked="" type="checkbox"/> Reuniões	06 (Comissão Regional)	02	00	04	03
<input checked="" type="checkbox"/> Encontros temáticos	02	03	47	05	20
<input type="checkbox"/> Outras formas:					

6. Delegados

Segue a lista de delegados aprovados pela pré-conferência de Itaim Paulista.

TITULAR	JULY CRISTINA ANDRADE	USUÁRIOS
TITULAR	MARIA ADELAIDE SANTOS DE OLIVEIRA	USUÁRIOS
TITULAR	MARIA DA SOLIDADE BEZERRA	USUÁRIOS
TITULAR	ANATILDE ALVES DE SOUSA SIMÕES	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	IRACEMA DE ALMEIDA PEREIRA	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	MARCELINA SANTOS DE LIMA SILVA	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	SOILA RIBEIRO	TRABALHADORES SOCIAIS
TITULAR	JAIRO ANZILEIRO	ONG/ENTIDADES
TITULAR	LUIZ FRANCO DA SILVA	ONG/ENTIDADES
TITULAR	ORLANILTON HENRIQUE DO NASCIMENTO	ONG/ENTIDADES
TITULAR	RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA	ONG/ENTIDADES
TITULAR	BINEIA CANDIDO MAURICIO DE SOUZA	GESTORES MUNICIPAIS
TITULAR	DEISE F. NASCIMENTO	GESTORES MUNICIPAIS
TITULAR	KELLY REGINA DE S. NASCIMENTO	GESTORES MUNICIPAIS
TITULAR	MARILENE SANTOS SOUZA SIQUEIRA	GESTORES MUNICIPAIS
TITULAR	STELA DA SILVA FERREIRA	GESTORES MUNICIPAIS
TITULAR	CLAUDIA LELES DE ALMEIDA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	DARCI OLINDINO DE OLIVEIRA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	JOSE VALDENOR DE OLIVEIRA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	MANUEL INACIO SOARES	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	MARIA APARECIDA DE LIMA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	MARIA DALVA DE ALMEIDA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	MARIA HELENA CELIA CARDOSO	TRABALHADORES MUNICIPAIS
TITULAR	RAQUEL SENA SANTANA	TRABALHADORES MUNICIPAIS
	ANDREIA SOUZA RIBEIRO	OBSERVADORES
	ANTONIA MIKAELLE RODRIGUES ARAUJO	OBSERVADORES
	EURIDES MARIA DE JESUS DE LACERDA	OBSERVADORES
	VIVIANE FERNANDES DO NASIMENTO	OBSERVADORES

7. Avaliação da Pré Conferência

Foram respondidas 120 fichas de avaliação. A maioria das respostas ficou entre *Muito Bom* e *Bom*.

Segue quadro de análise quantitativa:

Item de avaliação	Valoração					
	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta
Metodologia aplicada na Pré-Conferência.	30	27	51	06	04	02
Divulgação/mobilização da Pré-Conferência.	14	35	38	26	06	01
Informação/subsídios de apoio à Pré-Conferência (Cadernos, Instrumentais e Texto-Base).	28	41	35	13	03	00
Infraestrutura na Pré-Conferência (Local e estrutura física).	22	35	31	19	10	03
Acessibilidade da Pré-Conferência.	22	39	43	09	03	04
Alimentação na Pré-Conferência.	12	25	35	31	12	05

Com relação ao questionamento “Você considera que o evento cumpriu com a finalidade proposta?”, os participantes se manifestaram da seguinte forma:

SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
97	05	18

Foram efetuados também comentários sobre esse item, que estão listados na íntegra e sem correções:

- Muito bom o desenvolvimento do tema, mas pouco tempo para discutir um tema importante.
- A pessoa que direcionou o debate foi muito bom e dinâmico. Parabéns
- Participativo
- Excelente no êxito de encontrar soluções em âmbito geral (CRAS, CCA, etc.), principalmente observações e recomendações para aquisição de junções com outros fluxos;
- Vamos aguardar os próximos passos para verificar se as propostas elaboradas foram atenciosamente ajustadas.
- Acredito que com as discussões conseguimos ter um avanço, com um novo olhar, com prioridades, assim cumpriu a finalidade.
- Desde que as propostas sejam analisadas
- Desde que as propostas sejam analisadas criticamente.
- A conferência é um espaço democrático importante.

- As facilitadoras e reladoras possibilitaram que todos se sentissem à vontade para participar. Muito bom.
- O evento cumpriu a finalidade num todo
- Tempo escasso para muitos enunciados a serem trabalhados na pré-conferência.
- Facilitador realizou excelente trabalho.

Já para as questões relacionadas à Avaliação Geral da Pré-Conferência foram apontadas as seguintes respostas, na íntegra e sem correções:

➤ PONTOS POSITIVOS

- Organização.
- A presença da facilitadora e relatora em sala.
- Grupo menor foi bom, pois tivemos tempo p/ discutir melhor as ações.
- Interatividade dos participantes como um todo podendo opinar e colaborar com as decisões tomadas.
- Participação do grupo, disponibilidade dos participantes.
- Com ajuda do facilitador foi mais fácil a análise e deliberação ser desenvolvidas.
- Mais participação de usuários para que eles participando mais possam ter mais ideias boas.
- Local adequado.
- Local adequado para pré conferencia.
- Debates.
- Discussões realizadas.
- Integração entre serviços, bom acesso aos debates.
- Na conduta do mediador que foi excelente na sala de reflexões.
- Organização e auxílio dos facilitadores e relatores durante os trabalhos.
- Boa organização.
- Discussão das Deliberações e a discussão entre o grupo.
- Melhor preparo p/ conferência municipal palestras, materiais.
- Melhor preparo para as conferências municipais.
- Local.
- Alimentação.
- Palestras e discussão nos grupos.
- Melhor preparação para conferência municipal palestra sobre os eixos negativos.
- Pré-preparação (Explanação do Carlos Nambu).
- Local da Pré Conferência.
- Pré-Conferência tocada (eixos).
- Foram criadas as propostas todo em comum acordo.
- Momento de reflexão e discussão sobre as necessidades da assistência social no município.
- Palestras sobre os eixos.
- Espaço que privilegio melhor preparação para a conferência.
- Explicação sobre os eixos.
- Discussão entre rede, referente às dificuldades e propostas, melhor preparação para a conferência municipal/ palestra sobre eixos.
- Melhor preparação para a conferência, municipal.
- Palestra sobre os eixos.
- A dedicação dos funcionários do local e a educação.
- Discussão dos Eixos.

- Clareza nas discussões alimentação boa.
- Discussões.
- Metodologia e organização da atividade.
- Excelente oportunidade de discussão dos temas na sala e/c eixo.
- Ter intermediário é muito bom.
- Discussões dos eixos e explicação completa.
- Os debates.
- Os debates.
- Todos participantes, bastante comunicativos.
- Limpeza e organização do local, alimentação, atendimento dos profissionais do espaço e a equipe de organização da conferencia muito objetiva e direta.
- Maior abrangência de casos específicos e as dificuldades foram mais esmiuçadas de acordo com cada caso e região de alta vulnerabilidade.
- A própria conferência é um ponto que nos colocamos democraticamente.
- A participação dos representantes.
- As salas para os grupos se reúnem.
- Espaço bom estrutura de sala de aula que propicia a discussão do grupo.
- Acessibilidade, metodologia aplicada.
- O evento cumpriu a finalidade num todo.
- As discussões foram muito pontuais, abrangente.
- Receptividade/ Palestra/Fórum.
- Parabenizar o facilitador Mauro por ter propriedade para abordar os trabalhos do eixo 4.
- Facilitador.
- Participação do Grupo.
- Grupo de Trabalho.
- Grupos de trabalho.
- Ouvir todos sem dar limitações.
- Melhor organização.
- Falar sobre os assuntos sugeridos com clareza, a boa alimentação, o acesso aos banheiros.
- Orador do eixo, bem articulado e preparado para resolução de duvidas eixo 4.
- Boa organização e bom apoio (instrumentais).
- Organização e auxilio dos facilitadores e relatores.

➤ PONTOS NEGATIVOS

- Horário do término.
- Pouco tempo p/ discussão.
- Poucas pessoas participando sendo uma região tão grande.
- Não observei nenhum ponto negativo enquanto participante.
- O tempo.
- Pouco participante.
- Poucos participantes do eixo 6.
- Tempo (necessário tempo menor e o material ser fornecido com antecedência para poder o participante se aprofundar, detectar as possíveis duvidas).
- Salas apertadas.
- Lugares maiores para alimentação.
- Pouco tempo para discussão.
- Faltou tempo para elaboração dos trabalhos.

- Considero que faltou motivação aos usuários para a participação na conferência.
- Local, no período da tarde o espaço não adequado para suportar a quantidade de pessoas (difícil locomoção do espaço).
- Pouco tempo.
- Pouco tempo para sugestões e debate.
- Pouco tempo para discussão e sugestões.
- Pouco tempo para discussões.
- Pouco tempo p/ discussão.
- Pouco tempo p/ discussão.
- Tempo limitado.
- Melhorar a divulgação para participação da sociedade civil/ pouco tempo para discussão.
- Pouco tempo para discussão.
- Alimentação ou almoço.
- Alimentação.
- Material tem que ser entregue antes da palestra para leitura, para nos não chegou, pois não foi informado que o email não comportou envio, não foi possível ler material.
- Que o facilitador houvesse uma formação e entendimento sobre o SUAS, para possíveis esclarecimento e entendimento.
- Ter o facilitador para elaboração das questões a serem debatidas.
- Divulgação.
- Não atrasar tanto o início dos trabalhos.
- Atraso no início dos trabalhos assim sucessivamente delimita-se horários de discussão que são muito importantes.
- Alimentação muito ruim, refeitório pequeno.
- Atraso no início dos trabalhos na parte da manhã. Não deve haver apresentação. Somente o credenciamento e o “coffe-break”.
- Alimentação.
- A falta de participação das ONG's, poucas pessoas participantes, preparação da conferência ficou muito em cima da hora.
- O tempo, como sempre!
- Pouco tempo.
- Tempo reduzido para discussões e debates.
- Espaço inadequado e tempo reduzido.
- Os horários que não deram certo. Não começou no horário marcado.
- Pouco tempo para discussão do tema.
- Falta tempo para elaboração.

➤ SUGESTÕES PARA FUTURAS CONFERÊNCIAS

- Ser realizada em dois dias pelo período da manhã; onde se deixaria tudo organizado p/ 2 dias as discussões dos eixos temáticos, noções, propostas aprovadas, eleições e apresentações, dispensando o horário p/ 2 dias as discussões dos eixos temáticos, noções, propostas aprovadas, eleições e apresentações, dispensando o horário p/ almoço (n havendo almoço/ sem gastos).
- Ser mais divulgadas ter mais publicação.
- Ter um n. maior de participantes.
- Participação maior dos usuários podendo também trazer novas idéias e se informarem mais sobre os assuntos comentados na conferencia.

- Mais participação dos usuários, para que fiquem informados dos assuntos.
- Fazer a pré-conferência em dois dias.
- 08h00 às 12h00 de cada dia.
- Participações dos jovens para que eles possam ter mais ideias.
- Que seja em dois dias.
- Equilibrar a quantidade de participantes em cada eixo.
- Feijão arroz carne salada e só.
- Materiais deveriam ser entregues antes da conferência, com tempo maior p/ os fóruns de discussão.
- Salas maiores.
- Seguir mais o horário proposto.
- Ampliação do tempo para discussão e elaboração dos trabalhos.
- Melhor acomodação carteira desconfortável para quem tem problema físico.
- Aumentar os dias de pré- conferências e palestras.
- Tempo maior para preparação da pré-conferência.
- 2 dias de pré-conferencias.
- Aumento do tempo na pré-conferência.
- Aumento de dias p/ pré conferencia com menos tempo.
- Manter as palestras de esclarecimento em relação ao assunto a ser debatido.
- Dois dias de pré-conferência.
- Palestras: condição anterior à pré-conferência.
- Que seja 2 dias de pré- conferência.
- Que sejam dois dias de Pré-Conferência.
- Manutenção da palestra para os eixos.
- Para cada entidade trazer seu almoço.
- E o local mais perto.
- Divulgação na mídia sobre a conferência da assistência social.
- Os cadernos poderiam ser entregues com um prazo de antecedência para os participantes.
- Fazer uma reunião anterior com as organizações já distribuindo o material (cadernos, e texto base) para discussão interna na organização.
- Material chegar a tempo para leitura.
- Almoço.
- Haver mobilização para mais pessoas participarem não só a assistência como a sociedade civil.
- Acredito que seria interessante que a pessoa que estiver dirigindo o debate tenha uma formação que permita entender a lógica das discussões.
- Mas divulgação da mesma quanto a cartaz, mídia.
- Local único p/ todas as etapas.
- Alimentação mais balanceada no cardápio oferecido no almoço.
- Melhorar a alimentação, começar no horário, melhorar o espaço para alimentação.
- Modificar a alimentação: arroz, feijão, e carne. Abolir os lanches de metro e incrementar a alimentação balanceada.
- Local de fácil acesso para os participantes.
- Que seja o cronograma seguido pontualmente, respeitando os profissionais que são pontuais.
- E que os facilitadores sejam como Mauro.
- Assegurar e garantir os horários estabelecidos.
- Manter a garantia de recursos para contratação de uma comissão de controle e monitoramentos das liberações.

- Ampliação do tempo para discussão e elaboração de trabalho.

Anexos

Anexo 1 - apresentação de slides SAS ITAIM PAULISTA

Slide 1		Slide 2	
Slide 3		Slide 4	
Slide 5		Slide 6	
Slide 7		Slide 8	

Rede de Proteção Especial:

- 01 NPJ (Núcleo de Proteção Jurídica)
- 02 SMSE/MA (Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto)
- 01 SEAS (Serviço Especializado de Abordagem Social as Pessoas em Situação de Rua: Adultos, Crianças e Adolescentes)
- 03 SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes)
- 01 ILPI (Instituição de Longa Permanência Para Idosos)

Slide 9

FINANCIAMENTO

SAS Itaim Paulista = 28 SERVIÇOS 20 DA BASICA E 08 DA ESPECIAL	CAPACIDADE = 6.620
VALOR MENSAL = R\$ 1.257.383,13	FONTE MUNICIPAL= R\$ 1.166.581,96

Slide 10

FINANCIAMENTO

FONTE ESTADUAL = R\$ 83.615,07	FONTE FEDERAL = R\$ 7.186,10
-----------------------------------	---------------------------------

Slide 11

A Conferência

- ▶ É um importante espaço para troca de experiências.
- ▶ É um processo democrático onde as pessoas se reúnem para garantir o dialogo e a participação.
- ▶ A partir da discussão dos temas propostos encontramos diversos pontos de vista, deliberações coletivas e a partir do debate podemos estabelecer um pacto para alcançar as metas estabelecidas.

Slide 12

EXCELENTE CONFERÊNCIA A TODAS/OS!!!



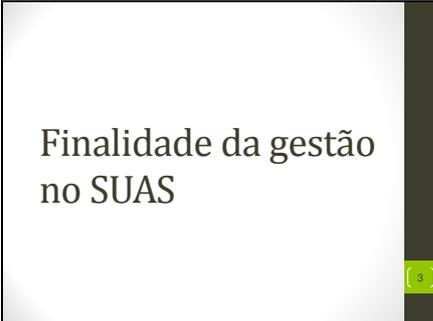
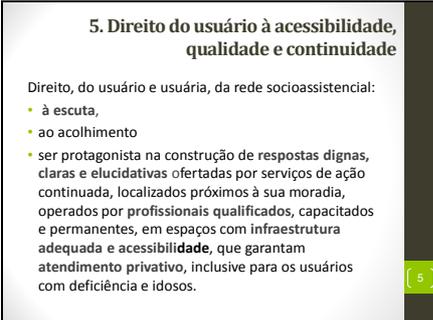
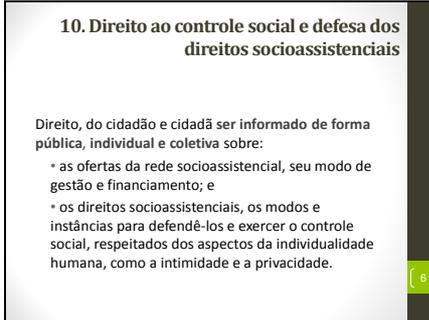
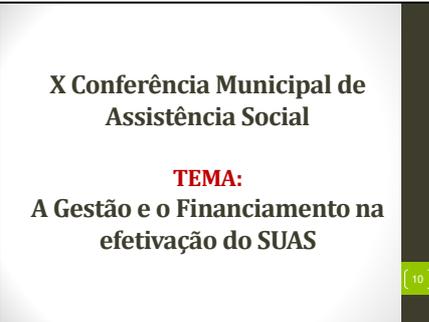
Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

kdfrpses.com

Slide 13

Anexo 2 - palestra ministrada por Ligia Rosa de Resende Pimenta

<p>Slide 1</p>		<p>Slide 2</p> 
<p>Slide 3</p>		<p>Slide 4</p> 
<p>Slide 5</p>		<p>Slide 6</p> 
<p>Slide 7</p>		<p>Slide 8</p> 
<p>Slide 9</p>		<p>Slide 10</p> 

Slide 11	<p>Objetivo</p> <p>Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do SUAS, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.</p> <p>[11]</p>	Slide 12	<p>X Conferência</p> <p>[12]</p>
Slide 13	<p>EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</p> <p>[13]</p>	Slide 14	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cofinanciamento da assistência social pelos três entes federados com alocação de recursos próprios no respectivo fundo de assistência social. • Estruturação do Fundo de Assistência Social e sua gestão pela área específica da assistência social. • Acompanhamento pelo Conselho de Assistência Social do uso do IGD. • Utilização de no mínimo 3% do IGD no aprimoramento e fortalecimento do controle social. <p>[14]</p>
Slide 15	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação do Conselho no processo de elaboração, apreciação e aprovação da proposta orçamentária da área, do Plano de Assistência Social, bem como do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. • Acompanhamento da execução do Plano de Assistência Social pelo Conselho. • Acompanhamento, apreciação e aprovação do Conselho da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo Fundo. • Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. <p>[15]</p>	Slide 16	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a linguagem do financiamento acessível a todos os segmentos do Sistema; • Transparência e prestação de contas de todos os recursos (financiamento direto e renúncia); <p>[16]</p>
Slide 17	<p>EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p> <p>[17]</p>	Slide 18	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilância socioassistencial incorporada à gestão das SUAS (planejamento, prevenção e notificação e reconstrução de direitos). • Criação, produção e utilização de indicadores municipais de assistência social com base no olhar da vigilância socioassistencial. • Organização da busca ativa no município. • Efetivação do Prontuário SUAS. <p>[18]</p>
Slide 19	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar demanda não somente quem chega ao serviço; • Precárias ou inexistentes estratégias de partilha de informação na política e entre políticas; <p>[19]</p>	Slide 20	<p>EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO</p> <p>[20]</p>

Slide 21	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estágio de implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS no município. • Segurança normativo-jurídica e as condições objetivas para a reconfiguração do trabalho social desenvolvido na gestão e no atendimento prestado à população. • Realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores efetivos e a instituição de carreira específica para os trabalhadores do SUAS. 	Slide 22	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> •Cofinanciamento federal e o pagamento das equipes de referência, responsáveis pela organização (gestão) e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios dos SUAS • Enfrentamento à precarização dos vínculos trabalhistas, com a adoção de formas flexíveis e precárias de trabalho informal, parcial, temporário, terceirizado, contratação por meio de prego eletrônico, que compromete a continuidade e a permanência dos serviços e dos servidores públicos. • Capacitação, formação com planejamento.
Slide 23	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos de formação continuados e voltados à criar segurança na produção de respostas; • Intervenção menos processual e mais assentada na garantia de direitos, particularmente os direitos 5º e 10º do decálogo dos direitos socioassistenciais. 	Slide 24	<p>EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS</p>
Slide 25	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da gestão dos serviços socioassistenciais no município. • Controle social e a fiscalização do desempenho da oferta dos serviços de proteção social básica (PSB) e de proteção social especial (PSE) prestada em parceria entre a rede socioassistencial. • Serviços de PSB e PSE e sua vinculação aos CRAS e ao CREAS. •Desenvolvimento da ação em rede e a operacionalização entre CRAS e de CREAS. • Reordenamento dos serviços de acolhimento. 	Slide 26	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Controle social nas etapas de implementação da Política de Assistência Social: planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. • Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS objetivando verificar a assertividade e efetividade das ofertas (provimentos).
Slide 27	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de cobertura dos serviços – compromisso com demandas; • Olhar o sistema para além das unidades estatais, articulando proteção básica e especial; • Definir procedimentos nos serviços adequados aos problemas que se quer enfrentar e em conformidade com as respostas que se quer produzir. Não é improviso!! 	Slide 28	<p>EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS</p>
Slide 29	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do acesso à orientação, encaminhamento e requerimento do BPC. • Condições e formas de acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas. • Ações intersetoriais, como os programas BPC/ESCOLA e BPC/TRABALHO, na ampliação da proteção social. • Regulamentação e publicização dos critérios, valores e forma de acesso aos benefícios eventuais. • Benefícios e Programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família e os demais de âmbito municipal e estadual) e sua integração com os serviços socioassistenciais. 	Slide 30	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender benefício como instrumento para assegurar o direito à sobrevivência e para combate à desigualdade de renda; • Aperfeiçoar fluxos de comunicação entre políticas para que não haja prejuízo na atenção aos beneficiários; • Superar o estabelecimento de critérios morais e excludentes impedindo acesso a benefícios; • Ter previsibilidade e planejamento para situações climáticas de incidência constante;.

Slide 31

EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

[31]

Slide 32

O que está em debate

- Universalizar o acesso da população à integralidade dos serviços socioassistenciais.
- Formatos de regionalização considerando as necessidades sociais e serviços.
- Diagnóstico estadual sobre vulnerabilidades, riscos e violação de direitos e mapeamento estadual da rede socioassistencial.
- Reconhecimento de diversidade na população nos municípios.

[32]

Slide 33

Alguns desafios

- Assegurar atenção e definir responsabilidades para áreas de divisa municipal;
- Estabelecer responsabilidade compartilhada com a instância estadual para atenção a situações de dimensão intermunicipal.

[33]

Slide 34

A tarefa

São necessárias ações para reduzir o sofrimento humano em ser excluído, propulsão de forças para restaurar a auto-estima face à discriminação. [Os usuários] reclamam da necessária humildade dos agentes institucionais que os tratam como seres desprovidos da capacidade de saber o que desejam ou do que necessitam. A pessoa que recorre, [por] exemplo, a um hospital não busca só atendimento médico. O tratamento que recebe deve reconhecer sua dignidade humana, sua singularidade individual e sua identidade social. **(Sposati: 2007)**

[34]

Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de ITAIM PAULISTA 2013 – Eixo I – “O cofinanciamento obrigatório da assistência social”

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Ampliação da rede socioassistencial com a implantação de novos serviços.

Avanço no acolhimento dos usuários de drogas e familiares pela reestruturação da rede socioassistencial.

Ampliação do CADÚnico nos territórios.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Falta de recursos humanos para operacionalização dos CRAS e CREAS.

Centralização das atividades de capacitação no ESPASO, dificultando o acesso.

Burocracia para aquisição de bens duráveis pelas entidades conveniadas.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
31 [2009] - Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	X				
56 [2011] - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do per capita e até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.	X				
52 [2011] - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
36 [2011] - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.	X				

67 [2009] - Qualificar os fóruns locais e municipais sobre as questões pertinentes ao financiamento da política de assistência social.	X				
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	--	--	--	--

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Ampliar para as entidades conveniadas o cadastramento e recadastramento no CADÚnico com garantia de recursos humanos.	X	X	X
Que o benefício eventual seja considerado como permanente e contínuo dentro da política de assistência social.	X	X	X
Disponibilidade de verba para aquisição de bens permanentes, que vem de encontro às necessidades apresentadas na operacionalização dos serviços.	X	X	X

10.1 Avaliação geral da Pre-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
Participação diversa com envolvimento dos usuários.
Palestra acolhedora.

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2. Principais pontos negativos
Qualidade da alimentação.

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3. Sugestões para futuras conferências
Respeitar os horários.
Melhorar a infraestrutura, especialmente com relação ao espaço físico e recursos audiovisuais.
Buscar parcerias com CEU e outros espaços da região.

Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de ITAIM PAULISTA 2013 – EIXO II “Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação”

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
(55/2011) - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X	X	X		
(33/2009) Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X				
(52/2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
(09/2011) Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X				
(37/2011) Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X	X	X		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Criar uma central de atendimento e ouvidoria para direcionar o cidadão aos serviços socioassistenciais.	X		
Ampliar as redes de comunicação dos canais de participação popular, com sensibilização nas escolas, associações de bairros, espaços públicos, para maior adesão nas conferências.	X	X	X
Intensificar a fiscalização dos serviços públicos através do Poder Público, usuários, Conselhos a fim de garantir serviços de qualidade.	X	X	X

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3. Sugestões para futuras conferências
Contratar empresa para sensibilizar a população quanto à importância da participação na Pré-conferência e Conferência Municipal, prioritariamente nas regiões periféricas de alta e altíssima vulnerabilidade social, por meio de sensibilização nas escolas, associação de bairro, e outros espaços de construção social e também ampliar a divulgação nas redes de comunicação.

Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de ITAIM PAULISTA 2013 – eixo III “Gestão do Trabalho”

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Dificuldade de recursos humanos no serviço público e na rede conveniada, e falta de trabalhadores no quadro CRAS/CREAS.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
03/2011 - Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	X		X		
57/2009 - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	X	X	X		
07/2011 - Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à: a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos; b) prevenção dos riscos a que estão expostos; c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.	X				
31/2009 - Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	X	X	X		
21/2011 - Aprimorar, implementar e esclarecer a delimitação dos serviços socioassistenciais, visando: • esclarecer o papel dos profissionais de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; • ampliar e alinhar os serviços socioassistenciais aos padrões de qualidade e recursos de infraestrutura física.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Ampliar os quadros de trabalhadores da rede pública e da rede conveniada, administrativos, técnicos dos diferentes níveis de escolaridade considerando a necessidade do trabalho em equipes multidisciplinares.	X		X
Garantir supervisão institucional para as equipes de todos os serviços da rede pública e conveniada. Municipal	X		

10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
Boa mediação facilitadora com bom manejo e estratégias didáticas
Dinâmicas de integração feito pela facilitadora.

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2. Principais pontos negativos
Pouco tempo para os debates no eixo temáticos.

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3. Sugestões para futuras conferências
Pensar num recurso audiovisual para melhor visualização das deliberações.

Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de ITAIM PAULISTA 2013– Eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços”

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

A criação do banco de dados, porém ele teria que ser atualizado anualmente.

O sistema de comunicação com instrumentais permitiu conhecer a realidade local com as listagens de beneficiários, a busca ativa e encaminhamentos de idosos em domicílio que não eram atendidos porque os serviços não tinham acesso.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

A maior dificuldade é a falta de informação e preparação dos funcionários ao fazerem o cadastro.

A falta de técnicos dentro do CRAS para conseguir fazer o acompanhamento das famílias do PAIF. Falta de capacitação para a equipe do CRAS, a fim de conhecer a demanda e dar um atendimento de qualidade ao usuário.

Falta de acessibilidade dos usuários e trabalhadores para obtenção dos dados dos cidadãos.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações

Acessibilidade, pois tem pessoas que não tem poder aquisitivo devido à vulnerabilidade.

Garantir a presença do Poder Público para elucidar melhor o banco de dados do cidadão.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
03 (2011) - Garantir o quadro de recursos humanos dos serviços socioassistenciais previsto nas Portarias, observando as especificidades de cada serviço e dos territórios atendidos, garantindo equipes transdisciplinares nos serviços da rede pública e privada.	X	X	X		
52 (2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
57 (2009) - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores,	X				

entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.					
37 (2011) - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				
34 (2011) - Ampliar e fortalecer instâncias de participação popular, que debatam e decidam sobre a normatização da Política de Assistência Social.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Qualificar melhor os funcionários já existentes. Proporcionar mais acesso a informações aos usuários sobre seus direitos e deveres.	X		
Criação de ferramenta/espço que possibilite o acesso a informações sobre os usuário/família nos serviços socioassistenciais, bem como a ampliação das supervisões coletivas entre os serviços.	X		
Garantir mais recursos nas áreas profissionais socioassistenciais e contratação de profissionais qualificados.	X		

10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
Local de acesso.
Participação dos usuários e trabalhadores da área.
Participação da sociedade.

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2. Principais pontos negativos
Tempo e alimentação.
Falta de pontualidade e informações confusas.
Organização do tempo.

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3. Sugestões para futuras conferências
Divulgação e melhor distribuição de servidores nos grupos.
Melhoria em termo de benefício.
Disponibilizar um técnico de referência para possíveis esclarecimentos nos eixos durante as discussões referente às especificidades dos serviços.

Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de ITAIM PAULISTA 2013 – Eixo V – “Gestão de Benefícios do SUAS”

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Não houve avanços.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Fiscalização do processo de todos os serviços socioassistenciais.

Reavaliação dos critérios utilizados na distribuição da verba, e falta de autonomia para administrar os benefícios eventuais, conforme as necessidades de cada território.

Falta de acesso ao sistema de PTR (programa de transferência de renda).

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
55 /2011 - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X	X	X		
33 /2009 - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X	X			
56 /2011 - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do per capita e até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.	X				
36 /2011 - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Acesso das organizações SASF ao cadastro das famílias acompanhadas por eles para consulta ou justificativa de frequência escolar.	X	X	X
Reavaliação quanto aos critérios para serem contemplados no PTR, visando o aumento da renda per capita.	X	X	X

10.1 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.1. Principais pontos positivos
Mediação / facilitador.
Palestrante.
Adesão dos participantes.

10.2 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.2. Principais pontos negativos
Falta de organização dos horários.
Alimentação (almoço).

10.3 Avaliação geral da Pré-Conferência

10.3. Sugestões para futuras conferências
Acomodação dos participantes.

Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI– aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de ITAIM PAULISTA 2013 – Eixo VI – “Regionalização”

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Ampliação, ainda que modesta, da rede de serviços da proteção básica e especial;

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Oferta de serviços (PSE e PSB) incompatíveis com a demanda em decorrência tanto de a região ser de alta vulnerabilidade (1/3 da população) quanto por se tratar de região fronteira;

Falta de Informação dos serviços prestados para os usuários;

Falta de comunicação entre as secretarias (intersetorialidade)

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
26/2011 - Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	X	X	X		
23/2009 - Garantir participação efetiva dos usuários da assistência social no Plano Plurianual e Orçamentário.	X	X	X		
35-a)/2011 - Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.	X				
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				

52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	--	--

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Aumentar o numero de serviços da rede socioassistencial, CRAS e CREAS, respeitando o modelo NOB-RH/SUAS embasando-se em diagnósticos socioterritoriais e garantindo a priorização da implantação em regiões de alta e altíssima vulnerabilidade.	X	X	X
Criar uma agenda entre Estado e municípios para discutir a intersetorialidade das políticas públicas, priorizando as áreas fronteiriças e periféricas, visando à efetivação dos direitos.	X	X	

Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Itaim Paulista

Pré-Conferência Regional de Itaim Paulista

MOÇÃO

TIPO DE MOÇÃO: APELO
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: PREFEITURA DE SÃO PAULO
MOTIVO: IDOSOS

TEXTO:

Construir uma casa administrada pela prefeitura para uma creche do idoso onde a família possa deixar à senhora ou o senhor, quando for trabalhar e pegar a noite quando retornar do trabalho. Garantindo o direito de saúde e lazer.

ASSINATURAS: 50

Pré-Conferência Regional de Itaim Paulista

MOÇÃO

TIPO DE MOÇÃO: APELO
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: PREFEITURA DE SÃO PAULO
MOTIVO: MORADORES DE RUA

TEXTO:

Uma construção de uma casa para abrigo de moradores de rua, masculinos e femininos adultos e onde eles possam pernoitar e permanecer durante o dia permaneça fixa que seja oferecido cursos de qualificação profissional e que saia preparado para o mercado de trabalho com vaga garantida e que possa ter tratamento de saúde físico e psicológico. (Inserir esses cidadãos ao social).

ASSINATURAS: 50

Pré-Conferência Regional de Itaim Paulista

MOÇÃO

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMADS.

MOTIVO:

TEXTO:

São Paulo, 26 de Junho de 2013

Nós trabalhadores da Seguridade Social da região Leste de São Paulo reunidos na data de hoje do Auditório do Hospital Municipal Alípio Correa Neto, repudiamos a forma q o governo Federal vem conduzindo a operacionalização da Contribuição Facultativa Baixa Renda INSS, código 1929, conhecido como 5%.

De acordo com a Lei 12.470 de 31/08/2011 é garantida a contribuição de 5% do salário mínimo ao INSS aos contribuintes facultativos sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda. Para efeitos desta Lei em seu 4 parágrafo: “Considera-se de baixa renda, para os fins do disposto na alínea b do inciso do 2 deste artigo, a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos.” (NR)

No entanto há incoerência nos sistemas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á fome), uma vez que os órgãos da Assistência Social nos municípios responsáveis pelo preenchimento do CAD ÚNICO, como os CRAS ou os meios itinerantes, entre outros recebem orientação do MDS que para preenchimento do CAD ÚNICO precisam incluir obrigatoriamente alguma renda maior que R\$ 0,00 (zero reais) á família. Considerando que a maioria das famílias atendidas no CRAS para preenchimento do CadÚnico são monoparentais, chefiadas por mulheres o fato de especificar-lhe uma renda para continuidade do cadastro inviabiliza seu direito á efetuar as contribuições como Facultativo Baixa Renda, já que um dos critérios para que essas sejam validadas é a ausência total de renda por parte do contribuinte. Ressaltamos que rendimentos de pensão alimentícia ou mesmo Benefício Assistencial ao Deficiente devido ás crianças pertencentes ao grupo familiar são todas designadas como renda do titular do CadÚnico, ou seja, em sua maioria a mulher descrita acima.

Diante do exposto, repudiamos a falta de diálogo entre os Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate á Fome que acarreta o desencontro de informação na base e para a população usuária e inviabiliza o acesso da população aos seus direitos, que tem levado muitos munícipes ao recolhimento desta contribuição sem posterior acesso direto.

ASSINATURAS: 39

Pré-Conferência Regional de Itaim Paulista

MOÇÃO

TIPO DE MOÇÃO: REPÚDIO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: PREFEITURA DE SÃO PAULO, SMADS.

MOTIVO:

TEXTO:

Os participantes da X Pré Conferência Municipal de Assistência Social vem a publico manifestar seu repudio á ausência de financiamento especifico e permanente para a concessão destes Benefícios Eventuais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS atualmente viabilizados pelo Município de São Paulo através do Regime de Adiantamento.

Os Benefícios Eventuais estão garantidos na Política de Assistência Social como direito garantido na Lei n 8.742, de 07/12/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, art. 22, parágrafos 1 e 2. É uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos, visam cobrir necessidades temporárias em razão de contingencias, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, em geral relacionadas ao ciclo de vida, a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos. Considerando inclusive que **INCERTAS** são as situações de contingência vivida pelos usuários e não a sua **PROVISÃO**.

No município de São Paulo, estes benefícios foram regulamentados através da Portaria 44/2009 de SMADS, contudo, o mesmo não aconteceu com a garantia de financiamento especifico e permanente para a concessão destes, já que a Portaria não especifica a qual processo de despesa deva se subordinar a concessão dos BE's: sendo desta forma realizado pelo Regime de Adiantamento, geralmente no período de Fevereiro a Novembro do ano, desconsiderando a provisão **CERTA** para momentos **INCERTOS**.

Agrava-se a isto, a discordância com a própria Legislação Municipal (Lei 10513/88) e Federal (8666/93, 4320/64) que caracteriza a utilização do recurso do REGIME de ADIAMENTO somente para despesas que exigem PRONTO PAGAMENTO, o que não e o caso dos Benefícios Eventuais, visto que são **PERMANENTES E CONTINUOS**.

Somado a isto as implicações de ordem financeira, pois os valores disponibilizados para atendimento da **DEMANDA** dos territórios, em especial, aqueles mais vulneráveis, não corresponde à realidade do recurso financeiro disponibilizado.

É por isso que, reunidos nesta Pré-Conferência, repudiamos a forma atual de financiamento dos benefícios eventuais no Município de São Paulo e exigimos o respeito aos princípios da legislação vigente, de modo a concretizar direitos declarados em lei, conquistados pela sociedade e dever do Poder Público.

ASSINATURAS: 42